



ANEXO I

Termo de Referência

1. DO OBJETO, UNIDADES REQUISITANTES, FUNDAMENTAÇÃO E TIPO DE CONTRATAÇÃO:

1.1. Contratação de empresa para aquisição de cópias reprográficas visando a confecção de apostilas necessárias à implementação do Plano de Atividades Pedagógicas em Regime Domiciliar Excepcional da Rede Municipal de Educação de Nova Friburgo.

1.2. **Fundamentação Legal:** Lei nº 10.520/2002 – Pregão Presencial – Registro de Preços.

1.3. **Tipo:** menor preço unitário.

1.4. **Prazo:** 5 (cinco) meses

1.5. **Descrições, especificações e quantitativos:**

Item	Especificação:	Unidade	Quantidade de cópias por mês	Quantidade de cópias total 5(cinco)meses																											
1	Cópias reprográficas em preto e branco em folha A4, frente e verso e grampeadas conforme solicitação. Quantitativo de cópias por ano escolar.	Unid.	627.910	3.139.550																											
	Ano Escolar				Total por mês	Pré 1	42.960	Pré 2	43.950	1º Ano EF	45.570	2º Ano EF	56.670	3º Ano EF	50.880	4º Ano EF	51.870	5º Ano EF	50.970	6º Ano EF	55.360	7º Ano EF	51.840	8º Ano EF	44.400	9º Ano EF	30.560	E.J.A.	52.720	Ed. Especial	50.160
	Ano Escolar				Total por mês																										
	Pré 1				42.960																										
	Pré 2				43.950																										
	1º Ano EF				45.570																										
	2º Ano EF				56.670																										
	3º Ano EF				50.880																										
	4º Ano EF				51.870																										
	5º Ano EF				50.970																										
	6º Ano EF				55.360																										
	7º Ano EF				51.840																										
	8º Ano EF				44.400																										
	9º Ano EF				30.560																										
	E.J.A.				52.720																										
Ed. Especial	50.160																														



2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

Considerando os sérios impactos causados pela pandemia da Covid-19 em todo o mundo e mais especificamente no Brasil, com mais de 1 milhão de casos confirmados e mais de 50 mil óbitos, segundo dados extraídos em 20 de junho do painel Corona Virus Research Center da John Hopkins University & Medicine (<https://coronavirus.jhu.edu/map.html>), inobstante diversos estudos apontando elevado grau de subnotificação no país;

Considerando os enormes impactos da Covid-19 no âmbito educacional, notadamente junto a instituições públicas de ensino, aprofundando desigualdades previamente existentes e dificultando o acesso ao ensino e aprendizagem dos estudantes;

Considerando que, dentre todos os aspectos, a busca da proteção e preservação da vida humana se constituiu como primeira medida adotada pelo governo municipal de Nova Friburgo, através do Decreto nº 506 de 13 de março de 2020, seguindo recomendação da Organização Mundial da Saúde e Ministério da Saúde, inclusive com a suspensão das atividades escolares na Rede Municipal de Ensino a partir de 16 de março de 2020;

Considerando que num primeiro momento optou-se por antecipação do recesso de julho e, posteriormente, antecipação das férias de janeiro, essa última através do Decreto nº 556 de 28 de abril de 2020;

Considerando que mesmo com todas as medidas adotadas, foram confirmados até 18 de junho o diagnóstico de 445 casos de Covid-19 em Nova Friburgo, dos quais 106 profissionais de Saúde, linha de frente no combate ao Novo Coronavírus, conforme dados obtidos no painel Covid-19 estruturado pela Prefeitura de Nova Friburgo, através das secretarias municipais de Saúde (Comitê Operativo de Emergência em Saúde - COE) e de Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissionalizante e Superior, cuja atualização periódica é apresentada através do link <https://covid19.novafriburgo.rj.gov.br/>;

Considerando a prorrogação da suspensão das aulas na rede municipal de ensino até 30 de junho, conforme Decreto nº 598 de 03 de junho de 2020;

Considerando a ausência de perspectiva de retorno às atividades presenciais nas unidades educacionais, haja vista o ainda crescente número de casos de Covid-19;

Considerando que foi instituído em 28 de maio, através da Resolução nº 001 do Conselho Municipal de Educação, o Comitê de Planejamento e Acompanhamento das Atividades Pedagógicas em Regime Domiciliar Excepcional da Rede Municipal



Secretaria Municipal de Educação

de Educação de Nova Friburgo, composto pela Secretaria Municipal de Educação (SME); Supervisão Escolar da SME; Conselho Municipal de Educação (CME); Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA); Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação (SEPE); e Fórum Municipal de Educação (FME);

Considerando que se fez necessária a realização de levantamento junto às unidades escolares, responsáveis e alunos, para conhecimento a respeito da infraestrutura tecnológica existente para implantação de ferramentas educacionais de ensino remoto, através do qual foram realizadas pesquisas pela ferramenta Google Forms, atingindo 100% das unidades escolares, 99% dos professores da rede e 62% das famílias de alunos matriculados;

Considerando a compilação e posterior análise dos dados coletados na pesquisa realizada junto aos professores, conforme relatório anexo ao presente Termo de Referência, os quais apontam a necessidade de implantação das atividades curriculares de forma híbrida, ou seja, utilizando mais de um canal de comunicação, com o fito de chegarmos ao maior número de alunos possível, conforme percentuais apresentados a seguir: apostilas impressas (67,9% das respostas), grupos de WhatsApp (52,7%), aulas em vídeo (37,1%), plataforma EAD (34,9%), redes sociais (17,4%), TV local (9,6%), *podcasts* (7,3%), plantão de atendimento telefônico (6,5%) e rádio (2,8%);

Considerando que as apostilas impressas deverão ser confeccionadas para todos os alunos, mesmo para aqueles que forem utilizar outros canais, pois assim o conteúdo pedagógico será reforçado;

Considerando que mesmo tendo havido a autorização para redução dos dias letivos através da Medida Provisória nº 934 de 1º de abril, permanece a obrigatoriedade do cumprimento de 800 horas anuais e o compromisso de levar o ensino para os mais de 17 mil alunos matriculados em nossa Rede Municipal;

Considerando que, para iniciar imediatamente as atividades de forma a impedir a perda do ano letivo, faz-se necessária a elaboração de todo o material pedagógico, principalmente apostilas impressas, que requerem um maior tempo de confecção, as quais serão distribuídas aos alunos de nossas unidades educacionais;

Considerando que a distribuição das apostilas impressas será realizada pelos gestores das Unidades Escolares aos responsáveis pelos alunos, de 15 em 15 dias, com programação de datas e horários definidos antecipadamente para evitar aglomeração, assegurando o cumprimento das regras de distanciamento social;



Secretaria Municipal de Educação

Considerando que a SME não possui número de impressoras suficientes, além de ter diversos profissionais afastados por conta da pandemia, não sendo possível a impressão desse material internamente, dada a urgência do início das atividades pedagógicas não presenciais;

Face todo o acima exposto e primando pela celeridade na consecução dos materiais, optou-se pela aquisição através de processo de Pregão Presencial por registro de preços para aquisição do material necessário pelo período de 5 meses, tendo em vista que até o momento não há previsão para o retorno das aulas presenciais. No item 1.5 do presente documento, supracitado, consta o quantitativo de reprografia necessário por ano escolar, e segue abaixo planilha demonstrando como se chegou ao quantitativo solicitado baseado na quantidade de alunos matriculados na Rede, conforme tabela, a qual foi estruturada a partir dos dados retirados do sistema e-Cidade na primeira quinzena do mês de junho de 2020.

MATRÍCULAS	
Berçário	296
Maternal 1	535
Maternal 2	780
Maternal 3	1047
Pré 1	1432
Pré 2	1465
1º Ano EF	1519
2º Ano EF	1889
3º Ano EF	1696
4º Ano EF	1729
5º Ano EF	1699
6º Ano EF	692
7º Ano EF	648
8º Ano EF	555
9º Ano EF	382
E.J.A.	659
	17023

Fonte: e-Cidade

Quanto aos alunos da Educação Especial, o quantitativo total já informado pelo e-cidade os contempla. Visando o atendimento de suas especificidades, faz-se necessária, entretanto, a adequação das atividades propostas, seja com fontes de escrita maiores para melhor visualização, seja com maior utilização de recursos visuais, de forma que a atividade se torne autoexplicativa. Sendo assim, o



Prefeitura Municipal de Nova Friburgo

Secretaria Municipal de Educação

PROCESSO Nº: 8588/2020

FOLHA: _____ RUBRICA: _____

quantitativo solicitado para atendimento a esse público alvo demanda uma cota exclusiva, conforme planilha abaixo.

Ano Escolar	Quantidade e-Cidade	Quantidade de páginas	Total por mês	Quantidade de meses	Segmentos	Total por Segmento
Pré 1	1.432	30	42.960	5		
Pré 2	1.465	30	43.950		Total Educação Infantil:	434.550
1º Ano EF	1.519	30	45.570			
2º Ano EF	1.889	30	56.670			
3º Ano EF	1.696	30	50.880			
4º Ano EF	1.729	30	51.870			
5º Ano EF	1.699	30	50.970		Total Fundamental I:	1.279.800
6º Ano EF	692	80	55.360			
7º Ano EF	648	80	51.840			
8º Ano EF	555	80	44.400			
9º Ano EF	382	80	30.560		Total Fundamental II:	910.800
E.J.A.	659	80	52.720		Total EJA:	263.600
Ed. Especial	627	80	50.160		Total Educação Especial	250.800
Total	14.992		627.910			3.139.550

*Informamos que as atividades serão enviadas para os alunos a partir do ano escolar pré 1.

Concluindo, a execução da presente aquisição tornará possível a retomada de um trabalho pedagógico de qualidade, conforme preveem a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e o Plano Municipal de Educação, no que tange à universalização do ensino através do acesso a todos com igualdade de condições, princípios que regerão nossas ações nesse momento tão delicado pelo qual passamos.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS MATERIAIS

4. Os materiais a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.



5. FORMA DE EXECUÇÃO

5.1. A Secretaria Municipal de Educação, contratante dos materiais constantes do presente processo administrativo, terá o prazo de até 10 (dez) dias para o envio do conteúdo das apostilas necessárias à implementação do Plano de Atividades Pedagógicas em Regime Domiciliar Excepcional da Rede Municipal de Educação de Nova Friburgo e todas as informações prestadas por seus autores à empresa vencedora do certame após a emissão do empenho para o primeiro mês.

6. Contratação de empresa para reprodução

6.1. A empresa vencedora do certame, após emissão e recebimento do empenho, terá o prazo de 10 dias para entrega das apostilas impressas e grampeadas.

6.2. Após a conclusão dos serviços, o material deve ser entregue no seguinte endereço:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NOVA FRIBURGO

AVENIDA ALBERTO BRAUNE, Nº 224/3º ANDAR – CENTRO - NOVA FRIURGO

- TEL: (22) 2533-2532 - RAMAL 217

A/C.: JOSÉ LOYOLA BECHARA

7. O material será inteiramente recusado nas seguintes condições:

7.1. Caso apresente defeito em qualquer de suas partes ou componentes, durante os testes de conformidade e verificação.

8. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

8.1. As despesas decorrentes da aquisição prevista no presente Termo de Referência correrão por conta dos elementos de despesa e fontes de recurso abaixo, da Secretaria Municipal de Educação:



Prefeitura Municipal de Nova Friburgo

PROCESSO Nº: 8588/2020

FOLHA: _____ RUBRICA: _____

Secretaria Municipal de Educação

PROGRAMA DE TRABALHO	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE
22002.1236100262.140	339030 - 50	01
22002.1236600262.260	339030 - 50	01
22002.1236700262.261	339030 - 50	01
22003.1236500252.123	339030 - 50	01
22004.1236500252.122	339030 - 50	01

8.2. A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, em acordo com o Decreto Municipal nº 258/2018, desde que as certidões, abaixo listadas, estejam dentro da validade:

8.2.1. Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

8.2.2. Certificado de Regularidade do FGTS;

8.2.3. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

8.2.4. CND – Certidão de Nada Consta (junto à Receita Estadual);

8.2.5. Certidão Negativa da Dívida Ativa (Procuradoria Geral do Estado);

8.2.6. Certidão Negativa de Débitos Municipais;

8.2.7. Certidão Negativa de Dívida Ativa e ISS.

8.3. A nota fiscal deverá conter a identificação do banco, número da agência e conta-corrente para que a Contratante possa efetuar o pagamento do valor devido.

8.4. Na ocorrência de rejeição da(s) nota(s) fiscal(is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.



9. Controle de execução

9.1. Nos termos do art. 67, Lei Federal nº 8.666/1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.2. Serão designados os servidores José Loyola Bechara, matrícula nº 201229, na função de Gestor; Juliana Moura da Silva Louredo, matrícula nº 10545.5, como Gestora substituta; Amanda dos Santos Angra, matrícula 106.182, na função de Fiscal, Cristina Schuenck de Faria Moraes, matrícula 015.314, na função de fiscal, Marilea de Fátima Lima Vizzoni, matrícula 106.607, na função de fiscal substituta e Laudilene de Mattos Pinheiro, matrícula 990.557, na função de fiscal substituta para acompanhar e fiscalizar a execução da futura contratação de empresa para aquisição de cópias reprográficas visando a confecção de apostilas necessárias à implementação do Plano de Atividades Pedagógicas em Regime Domiciliar Excepcional da Rede Municipal de Educação de Nova Friburgo, previsto na Deliberação nº 001/2020 do Conselho Municipal de Educação.

9.3. Os servidores supracitados poderão ser substituídos ao tempo da Ordem de Serviço emitida pelo Secretário Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, e em especial o disposto no artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/1993,

9.4. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o art. 70 da Lei Federal nº 8.666, de 1993.



9.5. O representante da Administração anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. São obrigações da Contratante:

- 10.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com os termos de sua proposta;
- 10.1.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 10.1.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- 10.1.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no termo de referência e seus anexos;
- 10.1.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 11.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes do termo de referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

12. DA SUBCONTRATAÇÃO



12.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei Federal nº 8.666/1993 a Contratada que:

13.1.1. Inexecutar, total ou parcialmente, qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

13.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

13.1.3. Fraudar na execução do contrato;

13.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

13.1.5. Cometer fraude fiscal;

13.1.6. Não mantiver a proposta.

13.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

13.2.1. **Advertência** por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

13.2.2. **Multa** moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

13.2.2.1. **Multa** compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

13.2.2.2. **Em** caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;



- 13.2.2.3. **Suspensão** de licitar e impedimento de contratar com órgão, entidade ou unidade administrativa da Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- 13.2.2.4. **Declaração** de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 13.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei Federal nº 8.666/1993, as empresas ou profissionais que:
- 13.3.1.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 13.3.1.2. tenham praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação;
- 13.3.1.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 13.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada.
- 13.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

Nova Friburgo, 26 de junho de 2020



Prefeitura Municipal de Nova Friburgo

PROCESSO Nº: 8588/2020

FOLHA: _____ RUBRICA: _____

Secretaria Municipal de Educação

Responsáveis pela elaboração:

José Loyola Bechara

Subsecretário de Gestão Pedagógica

Secretaria Municipal de Educação

Matrícula nº 201.229

De acordo:

Marcelo Verly de Lemos

Secretário Municipal de Educação

Matrícula nº 201230